



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 19 de outubro de 2018.

1 Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da
2 Secretaria de Participação Social, Direitos Humanos e Mulher, foi realizada Reunião Ordinária
3 do Conselho das Cidades de Maricá, tendo início às 09h00min, que teve como pauta a
4 apresentação da PMI para estudos em Itaipuaçu que seria feita pelo Secretário de Administração
5 e pela empresa. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Adyr Ferreira da Motta
6 Filho (Presidente); Eduardo Silva de Souza, Jorge Rodrigues de Andrade e os seguintes
7 suplentes: Itamar José Nascimento, Rafael Ciodário da Silva, Sandro Wagner Coelho Caldas e
8 Washington Luiz da Silva. Esteve presente ainda o assessor jurídico André Hacl Castro. A
9 reunião foi iniciada pelo presidente Adyr que deu a todos as boas vindas, situando os presentes
10 sobre a pauta da reunião, informando inicialmente que o Secretário de Administração teve um
11 contratempo e não pode comparecer à reunião, informando ainda que o representante da empresa
12 Quanta, que elaborou o edital, também não se faria presente à reunião. A respeito da PMI o
13 presidente Adyr Ferreira da Motta Filho informou que empresa internacional se apresentou e foi
14 vencedora, todavia a empresa que iria apresentar a forma de contratação no formato de parceria
15 público-privada na reunião de hoje seria a empresa Quanta. O Conselheiro Eduardo informou que
16 o INEA está reestruturando o Conselho Gestor da APA de Maricá e que não havia nenhum
17 representante do governo na última reunião. O presidente Adyr Ferreira da Motta Filho informa a
18 esse respeito que não foi comunicado, mas que provavelmente a Secretaria da Cidade Sustentável
19 tenha sido comunicada. O Conselheiro Eduardo informou que é o INEA através do Sr. Ricardo
20 Arduini é o responsável pelo Conselho Gestor da APA de Maricá junto ao INEA. O Conselheiro
21 Eduardo informa ainda que foi chamado pela Associação de Moradores de Zacarias para fazer
22 parte do Conselho, e que o IDB também está lá representado, informando ainda que a respeito da
23 APA há questões relativas ao resort que são estranhas ao local. O presidente Adyr Ferreira da
24 Motta Filho informa que ocorreu audiência pública em meados de 2015 com a finalidade de
25 aprovar o projeto do IDB (resort), que atendia o disposto no Plano de Manejo. Informa ainda que
26 a legislação municipal para a APA DE Maricá reproduziu o plano de manejo do Estado e que há
27 uma área pequena (11% a 14%) na APA em que se pode edificar. Informou ainda que parece que
28 a discussão mais tensa sobre este assunto é sobre as dunas. O presidente Adyr Ferreira da Motta
29 Filho afirma que há a necessidade de se fazer outra lei municipal contendo parâmetros
30 construtivos, sendo que somente isso possibilitará a execução do plano de manejo da APA de
31 Maricá, considerando a lei estadual (Lei nº. 7.230/84). O presidente Adyr Ferreira da Motta Filho
32 continua explicando que se existir a necessidade de modificação da APA isto é atribuição do
33 Governo do Estado e que o ConCidade pode propor isso ao Governo do Estado, mas sempre
34 ouvindo a Secretaria da Cidade Sustentável. O Conselheiro Eduardo informa que teve contato
35 com pessoas que falaram sobre Cidade Inteligente e propôs que o Porto pudesse custear medidas
36 para que se faça em Jaconé um pequeno “piloto” de cidade inteligente que depois poderia ser
37 ampliado. O presidente Adyr Ferreira da Motta Filho informa ser difícil sugerir isto, mesmo em
38 razão de o Porto já ter diminuído suas dimensões para poder ser aprovado e que esta questão da
39 cidade inteligente deve ser avaliada de forma cuidadosa. O presidente Adyr Ferreira da Motta
40 Filho informa a respeito do Porto que na hora que chegar o projeto, exigiremos o EIV onde a
41 empresa fará um estudo onde serão identificados os impactos positivos e negativos, sendo um
42 deles o impacto no sistema viário. No plano metropolitano conseguimos colocar estudos para
43 ligar o porto ao Arco Metropolitano. O presidente Adyr Ferreira da Motta Filho informa ainda



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ
CONCIDADE - MARICÁ

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 19 de outubro de 2018.

44 que a CODEMAR está estudando um polo tecnológico na área da “Fazenda Pilar”, próximo ao
45 IFF e que esta questão da “smart city” (cidades inteligentes) pode ser levada à CODEMAR.
46 Informou ainda que as universidades querem fazer pós-graduações neste polo tecnológico. A
47 respeito da Petrobrás, o presidente Adyr Ferreira da Motta Filho informa que as obras de
48 reparação do problema na Av. B serão iniciadas em novembro de acordo com informações da
49 Petrobrás, mas a respeito da via atrás do Posto Aleluia a Petrobrás entende que não são
50 responsáveis pois já ocorreram outras intervenções da Prefeitura naquela área, o que poderia ter
51 provocado os problemas. O presidente Adyr Ferreira da Motta Filho informou aos representantes
52 da Petrobrás a esse respeito que a questão já foi exposta ao Ministério Público Estadual para que
53 seja feito um T.A.C., e se não for feito isso que a Prefeitura irá realizar as obras e depois cobrar
54 judicialmente da Petrobrás. O assessor André fez exposição sobre as parcerias público-privadas,
55 diferenciando-as das concessões comuns onde a forma de pagamento é através de tarifa que tem
56 que ser módica, razão pela qual o prazo das concessões comuns pode ser bastante extenso.
57 Informou que uma das principais diferenças entre a concessão comum e a concessão especial
58 (PPP) é que na PPP o pagamento pode se dar unicamente através de dotação orçamentária (ppp
59 administrativa) ou em parte por tarifa e parte por dotação orçamentária (ppp patrocinada).
60 Informou ainda que para atrair o parceiro privado é criado um fundo garantidor (em Maricá,
61 chamado de “fundo soberano”) em que o parceiro privado tem garantido seu pagamento se o ente
62 público não o pagar. A respeito da PMI os presentes argumentaram que o procedimento de
63 manifestação de interesse está dentro da legalidade, mas não pode se sobrepor ao Estatuto da
64 Cidade que exige participação social em questões que envolvam o planejamento urbano, ainda
65 mais em vias de se iniciar um processo de revisão do Plano Diretor do município. Os
66 conselheiros argumentaram ainda que deveria ser protagonizada pela Secretaria de Urbanismo (e
67 ouvido o Concidade) e não pela Secretaria de Administração uma PMI que trata de estudos
68 técnicos para implantação de obras de urbanização e infraestrutura urbana, projetos de
69 urbanização, planejamento urbano e ou projetos urbanísticos, legislação urbanística, de
70 urbanização de AEIS, infraestrutura urbana, abrangendo sistema viário, e ou sistemas de
71 saneamento, drenagem. Foi discutida ainda qual será a forma de custear esta PMI. O Conselheiro
72 Jorge observou que na próxima reunião o assessor Antônio Augusto Veríssimo deverá estar
73 presente, sendo informado que ele não esteve presente na reunião de hoje por necessidade de
74 resolução de questões pessoais. O presidente Adyr Ferreira da Motta Filho argumenta que
75 Itaipuaçu é gigante, comparado ao Porto Maravilha e que não há demanda para uma ppp em
76 Itaipuaçu. O Conselheiro Jorge propôs retirarmos do regimento a obrigatoriedade de publicação
77 das atas no J.O.M. ou que sejam publicadas as atas. A sra. Leci Alberti informou que será
78 alugado imóvel e inaugurada a casa dos Conselhos até dezembro e pediu auxílio para encontrar
79 uma casa com até 05 cômodos/salas. A reunião teve seu término às 12h00min. Eu, André Hacl
80 Castro, lavrei a presente ata.